

A Expedição Vitoriana para a África Ocidental: considerações iniciais sobre a *Niger Expedition* e a nova política britânica para a África*

ÉRIKA MELEK DELGADO**

Peter Gay, em seu livro *Guerras do Prazer*, último volume da coletânea *A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud*, dedica todo um capítulo a falar de um tipo social bastante particular que movimentou boa parte do século XIX: os caçados e coletores. Falamos de um tipo social, pois, em alguns momentos estas duas características pertenciam a uma mesma pessoa. Esta figura muitas vezes foi o elo de dois continentes, e aqui nos interessa falar de África. Membros de uma burguesia vitoriana, que o autor assegura que “Qualquer que fosse a dinâmica, no século XIX nenhuma classe era mais suscetível às tentações de colecionar do que a burguesia.” (GAY, 2001: 159) estes não tinham um perfil uno. Porém, algo em comum os motivava a esta “compulsão imperiosa” e para Gay tal atitude revela bastante uma alma oitocentista. “É muito revelador sobre as classes médias vitorianas, sobre o seu senso de si mesmas e sua busca de um lugar no mundo, que esse apetite tenha florescido entre elas.” (GAY, 2001: 159).

Estes desejos vitorianos narrados por Gay foram muitas vezes as pilastras basilares para viagens ao continente africano, e esta comunicação pretende trabalhar uma expedição em particular, a Expedição ao delta do Rio Níger que ocorreu em 1841 e que ficou conhecida como *Niger Expedition*. Focando principalmente nos desejos propostos e nas artimanhas políticas para sua configuração, aspiramos trazer luz as metas, interesses e ambições vitorianas para este território africano. Problematicando, sobretudo, o discurso oficial britânico para a montagem da expedição, uma mudança de atitude com relação às expedições anteriores e o que foi afinal por fim acordado. Pretendemos se possível, guiar a uma reflexão, talvez ainda introdutória, sobre este desejo vitoriano de caça e coleta, desejo este que nesta expedição, em particular, foi bastante ativo.

Comecemos, portanto, com duas frentes de raciocínio. A primeira, uma definição apresentada por Gay de como se caracteriza os coletores. E a segunda, o porquê desta expedição ter sido desejada e por quem. O historiador alemão primeiramente apresenta uma definição feita por Freud, “o colecionador como alguém que 'dirige a sua libido excedente para algo inanimado: o

* Adverte-se que todas as citações presentes neste artigo extraídas de livros, artigos e documentos em língua estrangeira foram traduções livres realizadas pela autora do texto.

** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

amor de objetos.” (GAY, 2001: 162) Mais à frente em uma narrativa com uma análise psicologizante, conclui que colecionar é uma espécie de autobiografia, e expõe o atributo principal do colecionador, “Uma obsessão mais ou menos violenta era, portanto, a marca identificadora do colecionador.” (GAY, 2001: 168).

Laura Franey, ao pesquisar a escrita de viagem vitoriana e a violência imperial britânica, traz para nossa análise uma importante contribuição ao apontar que essas atitudes de coleta e colecionismo muitas vezes ultrapassavam o núcleo individual, na verdade cada vez mais crescia o interesse público sobre este mundo. Para a autora, começava a existir no final da primeira metade do século XIX um novo momento no qual os indivíduos e as organizações científicas estavam buscando não apenas classificar e catalogar as raças, mas também determinar os momentos e meios de diferenciação racial, muitas vezes dentro de um quadro evolutivo. Portanto, para isso:

Narrativas de viagem e a coleta de objetos - quer partes do corpo ou produtos culturais - por viajantes para exibição ou estudo em sua volta à metrópole, funcionaram juntos no período vitoriano como um meio de acumular (e talvez de fabricar) conhecimento sobre outros povos a um grau não possível previamente. (FRANEY, 2003: 112)

De acordo com a autora, um considerável número de anatomistas, historiadores naturais e antropólogos trabalhavam na Europa e nos Estados Unidos baseando suas conclusões sobre raça nas informações fornecidas nas narrativas de viagem e nas análises de objetos que estes viajantes traziam consigo em seu retorno à Europa. Estes objetos coletados e/ou caçados variavam entre esqueletos, crânios e materiais culturais, uma parte deles seriam enviados a associações de estudo e outra parte penetrava no mundo dos colecionadores privados. Para Franey, o que torna a *Niger Expedition* tão importante e um divisor de águas foi o fato de ela ter sido a primeira a fazer, na prática, o que ela nomeou de *collectography* (termo para o tratamento da escrita sobre a prática da coleta). Uma das primeiras expedições a voltar para a Europa com muitos objetos coletados e caçados no percurso da viagem.

Os anos que antecederam a expedição se caracterizaram pelo o crescimento do cientificismo. A partir de 1830, associações científicas, como a *Ethnological Society*, eventualmente a *Royal Anthropological Institute*, atraíram um grande número de membros. O cientificismo criou novos tipos de estudo como a criminologia, sexologia, sociologia e etc. E também trouxe mais força para as mais tradicionais ciências como a minerologia, zoologia, geologia e etc. A vida cotidiana do vitoriano também estava se transformando profundamente. O crescimento do pensamento cientificista começava a penetrar no dia-a-dia da opinião pública inglesa.

O crescimento da ênfase no racionalismo científico e avanço em muitas facetas da vida britânica, criou uma percepção popular de que existia um abismo intransponível entre os povos europeus e povos "primitivos" de outros lugares. (FRANEY, 2003: 114)

Portanto, é neste contexto que a *Niger Expedition* é pensada, formulada e segue caminho para o interior do delta do Rio Níger. Seu mentor principal Thomas Fowell Buxton porta-voz da causa abolicionista e um dos fundadores da *African Civilization Society* começou a pensar a expedição no ano de 1837. Entretanto, sua ligação com o tema vem desde sua eleição para o Parlamento em 1818 como um membro do partido Whig¹, seguindo em 1824 o aceite formal para ser sucessor de Wilberforce, político britânico e principal líder da campanha anti-escravidão inglesa.

Buxton começou a ganhar notoriedade quando suas defesas, pelo fim do comércio de escravos, ultrapassaram o senso geral britânico sobre o africano. Phillip Curtin, ao apresentar toda a discussão que perpassa a ideia do africano bárbaro em uma Grã-Bretanha que começa a ser totalmente insuflada por discursos cientificistas, declara que até o momento da expedição, primeira metade do século XIX, ainda era rara a crença em uma “raça africana” inevitavelmente condenada ao permanente estado de “barbarismo”. “Tanto a ciência quanto a religião, cada uma à sua maneira, mantiveram a porta aberta para o progresso através das “influências morais”.” (CURTIN, 1973: 243).

Entretanto, Curtin aponta que uma ideia de raça existia, ainda que em formato distinto de como se apresentará no início da segunda metade do século XIX. Fowell Buxton se destacava como um representante, um pouco mais inflamado, para a “salvação” do continente africano. Religioso e seguidor da ideia de uma África relegada à escuridão do conhecimento e da civilização, para Curtin, o parlamentar fazia borbulhar os debates sobre o tema.

Thomas Fowell Buxton estava provavelmente correto em avaliar a opinião da classe dominante britânica em 1830, quando ele admitiu na Câmara dos Comuns que a crença na igualdade racial era a posição da minoria. Não muitos concordam, ele disse, “que não há nenhuma diferença entre o Preto e o Branco, exceto o que é produzido por superiores oportunidades de recebimento de informação.” (CURTIN, 1973: 243).

A opinião defendida por Buxton, sobre certa igualdade entre europeus e africanos subsaarianos, claramente não representava a maioria britânica. Embora, este período apresentado por Curtin, e também por outros historiadores como Howard Temperley e John Gallagher, como a “Era Humanitarista” (CURTIN, 1973), tenha sido recheado de um sentimento de dívida moral com os “povos bárbaros”, nem toda a população da Grã-Bretanha concordava com este mote. Uma parte

¹ Partido que reunia tendências liberais no Reino Unido.

discordava enfaticamente e outra simplesmente se mostrava apática a todo o processo, porém, são entre os anos de 1830 a 1852, que políticas humanitaristas conseguiram mais espaço no discurso político. A influência humanitarista recheou o *Colonial Office*, principalmente entre os anos de 1835 até 1841, e teve como resultado a formação da, até aquele momento, maior Expedição enviada para o interior da África Ocidental, a *Niger Expedition*.

Os esforços de missionários europeus se fizeram presentes em todo século XVII e XVIII, mas a renovação cristã que aconteceu na Grã-Bretanha, nos meados do século XIX, promoveu uma grande explosão missionária (CURTIN, 1973: 260). Apesar deste movimento não ser exclusivamente inglês, a Inglaterra foi um dos primeiros centros onde o renascimento missionário se desenvolveu de maneira mais forte. O que é interessante destacar, é que este novo humanitarista poderia ser ou não ligado à religião, bastando apenas carregar consigo a ideia de levar “a civilização” a lugares que se encontravam no “escuro”. “O humanitarismo desenhou algo novo a partir de uma crença secularizada na caridade cristã. Também desenhou a partir da idéia de progresso uma nova esperança para a melhoria da condição humana.” (CURTIN, 1973: 260).

Contudo, cabe ressaltar que não foram apenas razões de ordem religiosa e moral que promoveram toda esta dinâmica. Havia um motivo econômico, e este motivo permeou todo o movimento humanitarista. A crença que o comércio “legal” salvaria a África das suas próprias mazelas, e também daquelas intensificadas pelo o contato com o europeu (a matança pela busca de escravos), foi o motor propulsor das novas investidas ao continente. Por isto, a necessidade de por fim ao tráfico de escravos existente na costa, como do mesmo modo, o comércio de escravos no interior do continente se faziam imediatas. A Inglaterra defendia a máxima que não seria possível comercializar com a África, e neste momento com a África Ocidental, se o comércio de escravos continuasse a existir. A convicção britânica era que o comércio de “produtos legais” só aconteceria se houvesse uma substituição do comércio de escravos pelo comércio legal, uma prática não seria possível com a outra.

O crescimento econômico britânico avançou com o aumento do comércio britânico com outras partes do mundo. Nesta lógica, se a Grã-Bretanha fosse negociar com a África Ocidental, esta teria que produzir mercadorias para exportação. Acreditava-se amplamente que a produção para exportação não era possível sem ocorrer uma mudança cultural, este foi o cerne da questão: até onde a interferência britânica se faria? Debates inflamados aconteceram entre membros da *Anti-*

Slavery Society, e uma das principais questões se relacionava a aprendizagem. Havia quem defendesse uma interferência mais rígida e quem acreditasse que a melhor forma de “civilizar” fosse através de atitudes pacifistas.

Howard Temperley nos aponta a heterogenia do movimento abolicionista britânico. Joseph Sturge, parlamentar Quaker considerado um dos líderes do movimento, fez parte de um grupo que não apoiou a implementação da força no processo civilizatório. Este grupo foi um dos grandes opositores de Buxton e de seu plano expedicionário. Para eles, Fowell Buxton teria traído a causa, ao incitar a necessidade de desenvolver áreas de cultivo e produção de mercadorias para exportação, mas principalmente, por se fazer uso da força para a execução deste plano. Buxton teria assumido que o total sucesso do empreendimento dependeria do uso do poder naval britânico.

Muito mais preocupante imediatamente foi a crescente percepção de que grande parte dos abolicionistas, ou em todos os eventos a maioria dos abolicionistas ativistas, foram totalmente contra o seu esquema. O principal ponto em questão era o uso da força. Desde o início, ele não fez segredo do fato de que a força poderia ser empregada, mesmo que apenas em autodefesa contra comerciantes de escravos saqueadores. (TEMPERLEY, 1991: 32)

Joseph Sturge e elementos de seu grupo movimentaram mais que outros as campanhas contra o modelo de aprendizagem, que naquele momento foi difundida nas colônias britânicas da América e em Serra Leoa. "Sturge foi às Índias Ocidentais para observar o funcionamento da aprendizagem em primeira mão, e em grande parte, foram suas revelações junto com sua hábil mobilização da opinião pública que levou à interrupção abrupta do sistema." (TEMPERLEY, 1991: 33). Temperley faz um panorâma de Buxton e Sturge, e demonstra como o idealizador da expedição, lutava para por fim ao escravismo, porém não necessariamente através de atitudes pacifistas. Para Sturge, os fins nunca poderiam justificar os meios. "Para um pacifista, ele foi surpreendentemente combativo e, como um moralista, totalmente implacável." (TEMPERLEY, 1991: 33).

O principal ponto problema para este grupo era o modelo de aprendizagem proposto por Buxton, que se aproximava muito mais de um treinamento de mão-de-obra (em alguns momentos forçado), do que o de um ensino livre da cultura cristã britânica. Para Sturge, qualquer projeto que dependesse de força física para ser realizado deveria ser considerado amaldiçoado. Apesar de Buxton pedir para que trabalhassem juntos na “libertação” da África, o seu pedido foi rejeitado, pois para Sturge a maneira como Buxton propunha abolir o comércio de escravos não era apenas imoral, como em seu ponto de vista, impraticável. A campanha pensada por Sturge, e por uma parte

dos abolicionistas ingleses, apresentava ponderações de uma chamada a consciëntização pelo o fim da escravidão. Os lugares que deveriam ser atacados pela marinha britânica deveria ser os EUA, França e países que importavam escravos, e não a África.

Seria para as nações civilizadas do mundo que eles [a força armada britânica] deveriam voltar sua atenção, e não para a África, onde apelos para princípios e moralidade, a única arma que os abolicionistas poderiam conscientemente empregar, não teria nenhum efeito concebível. (TERMPERLEY, 1991: 35)

De acordo com John Gallagher, três grandes mudanças no final do século XVIII foram essenciais para as atitudes tomadas no século XIX: a primeira relacionada ao aumento da mortalidade na viagem transatlântica. "O perigo da captura pelo Esquadrão [britânico] levou os traficantes a adotar um tipo mais ágil de navio, bonito de se ver, mas assassino para seus passageiros em razão da lotação imposta. O resultado foi um forte aumento na mortalidade na viagem atlântica". (GALLAGHER, 1950: 38) A segunda, associada às áreas que ocorriam a captura de escravos. Os rios ao norte de Serra Leoa, a costa do Daomé e as bocas do Níger permaneceram centros de exportação. Mas a recusa por parte da costa, que estava em mãos britânicas, e as assinaturas de alguns tratados fizeram com que os traficantes se dirigissem para mais longe, especialmente para regiões ao sul da linha do equador. A terceira mudança reside na presença, lado a lado do comércio de escravos com o comércio legítimo, neste momento o óleo de palma, que começou a ser comercializado pelos mercadores de Liverpool em 1807. As duas operações tinham muito em comum, ambas eram obtidas por nativos no interior e não poderiam ser compradas sem a presença do intermediário na costa. As duas também utilizavam os mesmos produtos para persuadir os seus clientes a fazerem negócios. Contudo, em alguns aspectos eram obviamente concorrentes, disputando os serviços dos intermediários, buscando hipotecar os bens dos comerciantes do interior e tentando oferecer os maiores incentivos para a troca.

“Sendo este o caso, a satisfação de uma obrigação moral, o crescimento econômico da Grã-Bretanha, e os lucros comerciais para as pessoas envolvidas no comércio africano, seriam todos resultantes da “civilização” da África.” (CURTIN, 1973: 260). Destarte, foi dentro deste contexto que a expedição foi pensada e articulada. Laura Franey traz em sua análise um ponto interpretativo bastante importante para se pensar a singularidade da *Niger Expedition*. De acordo com a autora, 1840 foi uma década crucial para se pensar a transição entre o que Mary Louise Pratt² denominou

² Autora do livro *Os olhos do Império*, 1999, EDUSC.

narrativas de “anti-conquista”, nas quais os viajantes se auto apresentavam como inocentes buscadores de conhecimento, para “narrativas conquista” que mais descaradamente defendem a superioridade dos europeus nos domínios da cultura, religião e tecnologia.” (FRANEY: 2003, 115). Conforme Franey argumenta, é possível perceber no discurso produzido pela Expedição de 1841 o embate destas duas narrativas. Um novo modelo de narrativa de viagem tomava corpo, juntamente como uma nova posição que a Grã-Bretanha propunha para a África.

Assim sendo, a *Niger Expedition* inaugura um novo modelo expedicionário. Desde sua concepção com objetivos amplos, principalmente o de comércio, tratados e aquisição de território, a expedição inaugura um modelo de empresa para a África. Deixando de ser um desejo individual de apenas um abolicionista ou Associação, a Expedição de 1841 se tornou uma das maiores empreitadas britânicas para a África.

Desta forma, desde 1837, porém com esforços anteriores, Buxton começou uma política de propaganda de suas ideias abolicionistas, relatando basicamente os horrores do comércio de escravos. Com uma ampla campanha divulgou a concepção da expedição, conseguindo em 1837 levá-la para o parlamento e a partir deste momento tornar pública a possibilidade da jornada. Aufere em 1840, na inauguração da *African Civilization Society* no Exeter Hall em Londres, grande apoio para seu empreendimento. Neste período, Buxton publicou dois livros extremamente importantes para a arrecadação do apoio obtido; *The Slave Trade* no início de 1839 e *The Remedy* em junho de 1840. Foi principalmente através destas publicações, que defendeu grande parte de suas intenções e a partir delas grande parte do público tomou conhecimento de seus argumentos.

A primeira justificativa utilizada por Buxton, para afirmar a necessidade de uma expedição com as proporções propostas por ele, se deveu a indispensabilidade de interiorizar o continente através do rio Níger. Argumentou sobre a ineficácia da presença da marinha britânica na costa da África Ocidental, desde 1807. Para ele, o real efeito da intervenção britânica ao tentar suprimir o comércio de escravos foi de apenas exacerbar o problema, tornando um comércio legítimo em comércio clandestino. (TERMPERLEY, 1991: 15) Para Temperley, os trinta anos de presença naval na costa africana trouxe um sentimento de desapontamento, derrota e confluência para os britânicos. De acordo com o autor, muitos esforços financeiros e de vidas foram colocados em uma ação que não conseguiu atingir nem cinquenta por cento do resultado esperado. Sendo, portanto, este fato responsável por parte do apoio popular para uma atitude considerada mais intervencionista.

O plano apresentado ao público britânico era o de uma expedição como o objetivo principal “levar a paz para a África”, transformando assim a região que entrariam em contato através de atitudes com teor “civilizatório”: propondo um comércio entre mercadorias legais, a conversão dos povos para o cristianismo e principalmente, propondo a assinatura de tratados que extinguissem a escravidão. Buxton afirmava que traria números mais positivos do que os trinta anos que a frota naval britânica esteve até aquele momento na costa. Pois, de acordo com o britânico, não ficariam no espaço deixado pelo traficante, atacariam as raízes da escravidão seguindo para o interior onde o comércio iniciava, penetrando no “coração africano.”.

Isso significaria persuadir os próprios africanos, ao em vez de atacar uns aos outros, desenvolver os recursos agrícolas e comerciais com os quais a África foi tão amplamente dotada. Também significaria a introdução de missionários, professores, agricultores e comerciantes; acima de tudo, o cristianismo. (TERMPERLEY, 1991: 4)

A partir da análise de narrativas oficiais documentos e cartas trocadas entre os membros da expedição, no período anterior a sua partida, podemos trazer luz aos desejos e expectativas que este novo modelo de empresa ambicionava. Buscando compreender que plano se propunha desenvolver no interior do continente. Como já apontado acima, nem todos que desejavam o fim da escravidão, a conversão religiosa ou o comércio com tais territórios estavam em comum acordo, o mesmo consequentemente acontecia com os promotores da viagem. As aspirações do Primeiro Ministro Melbourne em muitos momentos iam contra o que Buxton desejava, mas o parlamentar continuava a receber apoio da Coroa Britânica. É perceptível, que a Grã-Bretanha não entoava um só coro nem o governo e tão pouco a população tinham uma opinião homogênea sobre a interferência britânica no continente africano.

Apresentaremos como exemplo de nossa análise dois documentos que representam a elaboração deste programa. O primeiro, uma carta enviada pelo Secretário de Estado Lord John Russell aos participantes da expedição, poucos meses antes da partida, 30 de janeiro de 1841, destinada aos quatro comissários reais que encabeçaram a viagem: Henry Dundas Trotter, William Allen, Bird Allen e William Cook. Lord John Russell, que na maioria das vezes representou a voz da Coroa, nesta carta que muito mais se parece a um plano de metas, informa os cinquenta pontos principais que a comitiva deveria seguir para chegar ao objetivo acordado até o momento. Na carta é possível notar os novos caminhos que a política inglesa começava desenhava para a segunda metade do século XIX.

O segundo documento é uma carta de três páginas, intitulada “Para os chefes e População da

África” sem datação. A carta, que como o título já informa, foi destinada aos soberanos africanos e povos da África, é na verdade parte de um grupo de documentos que foram apresentados aos chefes africanos, para a assinatura do tratado de fim do comércio de escravos. Apesar de não ser extensa, a carta traz um conteúdo bastante complexo, sendo por nós, compreendida como um dos primeiros resultados do período apontado anteriormente por Franey, sobre a mudança de discurso de “anti-conquista” para o de “conquista”.

Os primeiros pontos da carta enviada aos comissários resume apenas uma narrativa sobre os caminhos por onde a comitiva Real deveria passar até chegar à boca no rio Níger. O que caracteriza este novo momento de conhecimento do território africano são as possibilidades de variadas paradas estratégicas para abastecimento e obtenção de maiores informações, até o início do caminho programado. Isto é possível, pois o mapa africano já não se apresentava como um mistério para o europeu. A Grã-Bretanha possuía entrepostos comerciais na costa Ocidental e Serra Leoa era a primeira colônia inglesa em solo africano. O recrutamento da tripulação, quem os documentos caracterizaram como “homens de cor africanos”, também aconteceu nestas paradas, principalmente em Serra Leoa. A comitiva europeia, a maior até aquele momento, era formada de um número bastante expressivo, 145 europeus brancos se distribuíram entre a tripulação dos três navios enviados. Ao todo foram cerca de, 278 homens³, entre “homens de cor”, 24 que embarcaram ainda em solo inglês e 108 em solo africano, a *Niger Expedition* levou a maior expedição para o interior da África em 20 de agosto de 1841.

Gallagher afirma que o plano de Buxton foi o mais espetacular aspecto da nova política Britânica, mas não foi isolado. Em todas as esferas de atividade do Governo para a África Ocidental havia, neste momento, um mesmo padrão de política ligado e revisto sob uma pressão humanitarista. É perceptível que essa política sofreu alterações nos governos de Serra Leoa, Gâmbia e Costa do Ouro, após a onda humanitarista em grande parte causada por Buxton e por todo o fervilhar da *Niger Expedition*.

De acordo com Temperley, a Expedição de 1841 foi pensada para ser o grande clímax, a coroação de todo o movimento antiescravista que estava a pleno vapor. Ao receber o suporte do Príncipe Albert e membros do gabinete, a empreitada foi considerada uma nova cruzada nacional

³ De acordo com o Apêndice do Volume 1 do diário de Allen e Thomson, este número não conta com homens, mulheres e crianças pertencentes à Fazenda Modelo. Vinte e um deles viajaram em quarto navio chamado ‘Amelia’ e dois no ‘Wilberforce’.

para redimir a África. Por este motivo, todo formato expedicionário foi pensado de uma nova perspectiva, seus objetivos, seus membros, o número de participantes, os barcos (o modelo expedicionário mais conhecido até este momento era o da caravana por terra) e principalmente sua posição perante o continente. Existia até aquele momento um padrão que a *Niger Expedition* quebrava, inaugurando um novo momento na relação Inglaterra - África.

Este novo humanitarismo que permeia a construção da expedição é caracterizado por Temperley como uma crença dos britânicos ao acreditarem serem eles próprios afortunados com suas riquezas, possessões, boa cultura e poder, que teriam uma virtude especial em comparação ao resto do mundo. E por isso, deveriam espalhar benefícios ao redor de todo o globo. “Nenhuma outra nação tinha sido tão bem sucedida em conciliar as vantagens da liberdade com a necessidade de ordem.” (TEMPERLEY, 1991: 14). A ideia dispersada nacionalmente era que a Grã-Bretanha deveria se tornar um modelo a ser seguido por outros, e por isto, alguns territórios deveriam estar sobre sua tutela.

A consequência da difamação humanitarista da África é apenas resultado dos próprios pecúlios da Grã-Bretanha. O que é chamado nossa atenção por Temperley e por Curtin, que ao final, os maiores divulgadores e corroboradores da visão preconceituosa de uma África atrasada e deitada em uma escuridão seriam os missionários humanitaristas. Nossa expedição contou com dois deles, um alemão e o outro um africano, ex-escravo.

Portanto, é com esta roupagem humanitarista que acreditavam que se poderia e deveria apresentar a salvação aos lugares “além-mar”, como o continente africano. Desta forma, nunca mais seriam atingidos por um estado de ociosidade, marcando a conveniência do desenvolvimento de um comércio de exportação “legal” com a Grã-Bretanha. O poder da crença britânica na superioridade de suas próprias instituições já tinha sido manifestado anteriormente na luta contra o tráfico de escravos para a América, e neste momento seguia contra a própria escravidão, o grande emblema da *Niger Expedition*.

Certamente, tanto como um dever cristão e como uma medida necessária para o seu próprio bem-estar moral, os britânicos deveriam agora dedicar-se à tarefa de levar a luz de sua civilização para os lugares escuros do mundo, mas especialmente para aquele menos favorecido, os habitantes não regenerados da África. (TEMPERLEY, 1991: 14)

Posto isto, é bastante especial notar como o discurso encontrado na carta aos comissários fala de um “todo e qualquer esforço” que deveria ser feito para o que objetivo maior da missão fosse alcançado, o fim do tráfico de escravos. Porém, perceber o teor estratégico do documento, que

propõe ações a cada resposta obtida pelo viajante, e conseqüentemente, quais ações este mesmo viajante deveria seguir, nos mostra um pensamento já programado, com um propósito a ser alcançado. A possibilidade de diálogo não era extinta, porém, se enfatiza a obrigação da insistência para a assinatura dos tratados e comunhão religiosa.

A descrição das atitudes que deveriam ser tomadas passava desde promessas de presentes, de apoio militar, caso outro chefe africano não aceitasse o tratado assinado para por fim ao comércio de escravos, a promessa de comércio de artigos nomeados “inocentes” pelos oficiais ingleses. Após todas as etapas anteriores, se não surtisse um efeito positivo, até uma “branda” ameaça caso a resposta definitiva do chefe fosse negativa, era pauta do documento. O teor da carta demonstra a necessidade da persistência, da mesma forma, como a carta endereçada ao “Povo Africano”.

O documento segue fazendo referência aos tratados que deveriam ser levados e apresentados aos chefes que concordassem em recebê-los e escutá-los sobre os malefícios da escravidão. Russell descreveu detalhadamente como a negociação deveria proceder, o que deveria ser levado em consideração, quando os presentes deveriam ser apresentados, o momento em que se deveria falar em nome de Sua Majestade e até mesmo, se fosse o caso, oferecer apoio militar ou em caso de resposta negativa, demonstrar, mas não de maneira direta, que a Grã-Bretanha tinha força suficiente para atacá-los, caso fosse necessário.

Quando o tema escravidão é abordado mais diretamente em ambos os documentos, é possível perceber uma mudança no tom na narrativa. A entonação captada é a de um empreendedor somada a de um missionário civilizador, que fala de um futuro comércio que poderia ser desenvolvido entre África e Inglaterra na mudança do comércio escravo para o comércio livre. Como por exemplo, sobre as vantagens do cultivo do solo no lugar da captura de escravos, o documento é claro, necessitava mostrar o leque de oportunidades econômicas que os chefes africanos teriam principalmente se comparado aos outros chefes que não aceitassem modificar seu sistema econômico. Para impressioná-los e pressioná-los deveria ser dito e repetido da maneira mais enfática possível que a Majestade e os Ingleses têm aversão à escravidão. Como o início da carta destinada aos “povos africanos” nos mostrar bem.

Ouçá o que temos a dizer. A rainha da Inglaterra é uma grande soberana, e enviou-nos para oferecer a sua amizade, e para falar como amigos e irmãos, sobre a maneira de tornar-lo sábio, rico e poderoso. Você sabe que o grande Deus fez todas as nações da terra de um só

sangue. Os brancos são cristãos, e adoraram este grande Deus. Eles podem fazer muitas coisas que os negros não podem fazer, e eles têm quase tudo o que os negros querem: roupas, enfeites, ferramentas e artigos úteis de todo tipo. Algumas destas coisas trouxemos conosco pela Grande Água, ou Kawara, para mostrar-lhe o que significa, e outra qualquer coisa que você deseje pode ser enviado a você outra vez. (ALLEN & THOMSON, 1848: 450)

O tom professoral continua por todo o documento, o tema escravidão fazia parte da cartilha humanitarista e deveria ser solucionado. O viajante europeu se “dispunha” a ensinar aos africanos os benefícios de uma sociedade sem escravos, cada ponto do assunto é tratado e explicado com muitos exemplos. Ao falar de questões comerciais era sempre recomendado que não esquecessem que o objetivo da “missão”, como eles gostavam de afirmar, era por fim ao comércio que eles consideravam ilegal. "Mas você deve sempre ter em mente que o objeto principal de sua Comissão é a extinção do tráfico de escravos, e todos os outros pontos devem para o presente ser considerado subordinado." (ALLEN & THOMSON, 1848: 417)

O trato deveria ser cordial, como apontado no documento para os comissários, que também afirma certo cuidado ao falar da religião para não causar nenhum tipo de constrangimento aos chefes africanos. Porém, o que podemos ver na carta endereçada aos africanos é que este respeito falado no documento anterior estava relacionado a um tom de ameaça, não a um tratamento realmente distinto. Todo o documento segue esta linha de apresentação, os africanos são aqueles que precisam de uma séria intervenção, não apenas em seu comércio de escravos, feito ainda com europeus (portuguêses e espanhóis) como o mesmo documento ainda demonstra, mas também de ação corretiva em suas crenças e costumes.

Talvez algum chefe pode dizer de novo, mas o que é que eu ganho, abandonando o comércio de captura e venda de homens? Primeiro, você vai ganhar muito, colocando um fim à guerra, para, desta forma, o seu povo viver tranquilamente, e tornar-se trabalhador, e isso, você será capaz de obter tributos de grande porte, como os reis e rainhas da Europa. Em segundo lugar, você vai ganhar também desta forma: suponha que você venderá um homem por cinco libras; esta soma referente a ele chegará a você apenas uma vez, mas se você deixá-lo livre como o nosso povo está na Inglaterra, e pagar-lhe bons salários, ele vai trabalhar muito duro, e vai coletar para você muito mais goma, ou trará muitos dentes dos elefantes, ou ajudará-lo a plantar tanto algodão e como também outras coisas, e depois de pagar-lhe os salários justos, você lucrará muito mais a cada ano por seu trabalho, do que apenas uma vez como você tem feito vendendo-o e mandando-o embora. (ALLEN & THOMSON, 1848: 451)

Uma questão cara a toda a comitiva, assunto de um debate extenso antes da saída da expedição, e que na carta aos comissários é ainda possível perceber certa insegurança, é em relação ao tópico de anexação ou não de territórios. Fowell Buxton foi o primeiro defensor da causa, em todo o processo de construção da engenharia da expedição o parlamentar informa a necessidade urgente de ter um território que seria regido por leis e costumes britânicos. Para Buxton o

continente africano era potencialmente rico, com boas possibilidades de prover a Grã-Bretanha com tudo que ela precisaria no comércio de óleo de palma, algodão, açúcar, madeira, corante, nozes, marfim e outros produtos tropicais. "Os africanos eram hábeis na tecelagem e artesanato domésticos. Eles também eram potenciais consumidores dos fabricantes da Grã-Bretanha." (TEMPERLEY, 1991: 21) Um mercado que a Inglaterra não poderia ignorar.

O principal argumento de Buxton seria que este comércio não poderia ser feito se as guerras internas para a "caça" de escravos continuassem. Isso além de dificultar a entrada e permanência do europeu para além da costa, também desmembrava toda uma possível rede de trocas que deveria existir no interior, não apenas entre os ingleses e chefes africanos, mas também entre africanos para uma melhor organizar as produções. A ideia fixa de formar um assentamento acompanhou Buxton, batendo de frente em alguns momentos com as incertezas do governo e da Coroa. Tal assentamento deveria estar cerca de trezentas milhas distantes da costa, provavelmente na confluência entre o Níger e o Benuê "uma grande cidadela interna", destinada a ser tornar futuramente "a Nova Orleans da África" (TEMPERLEY, 1991).

De acordo com os planos de Buxton, o território com jurisdição britânica aboliria a escravidão, organizaria fazendas de produção com mão-de-obra livre que serviriam de modelo para os africanos. As "superstições nativas" e "ritos sangrentos", como por ele colocado, não seriam aprovados. Informou que a realidade seria diferente caso vivessem sob a lei africana:

Teríamos que nos submeter a todas as suas abominações, e do consentimento de se ver serem feitos sacrifícios humanos e para sermos frustrados pelas tais visões, que exercerão má influência sobre todas as tentativas de civilização. (ALLEN & THOMSON, 1848: 433)

O parlamentar continuava sua justificativa sobre a necessidade da aquisição de terras, propondo que a presença britânica em tais territórios traria uma limpeza ao ambiente. Um território com uma organização europeia conseguiria tirar também as malezas naturais que "afligiam" o lugar. Pensavam também que neste território poderia ser plantado o algodão, e que este algodão africano entraria como uma possibilidade de substituição ou pelo menos fomentador as necessidades das indústrias de tecido de Lancashire que sofriam por causa das disputas / guerra civil no sul dos EUA, pois a Inglaterra confiava toda sua produção de algodão aos EUA anteriormente. Apesar da produção da África Ocidental não ser grande naquele momento, para os olhos dos idealizadores existia um belo futuro para o cultivo.

Porém, Temperley argumenta que apesar de tudo defendido anteriormente, Buxton não admitia que estes quesitos eram o ponto alto da Expedição. O que o levava para a África, não era a possibilidade de desenvolvimento comercial, mas sim seus pensamentos baseados na humanidade, justiça e obrigações cristãs. Se o gabinete rejeitasse sua proposta, admitiriam a frágil lógica das atuais políticas e falência das lutas antiescravista, e conclui que ao final, seria “melhor não fazer nada [e aqui ele fala do esquadrão britânico de combate ao tráfico] do que continuar ano após ano, a grande custo, adicionando desastres e inflamando as feridas da África.” (TEMPERLEY, 1991: 22).

O aceite do governo britânico para a anexação do território só ocorreu após alguns anos de disputa de ideias. O primeiro ministro Lord Melbourne argumentou que uma nova colônia seria muito custosa para uma Grã-Bretanha que já esticava seus braços para um oriente mais distante. Suas possessões na Índia, mas também Nova Inglaterra (Canadá) e Austrália tomavam não só muito tempo das reuniões parlamentares, mas também muito investimento financeiro. O primeiro ministro é caracterizado como um homem com ideias conservadoras, apesar de em seu governo o movimento humanitário ter ganhado destaque nas reuniões parlamentares. Para Temperley, Lord Melbourne não foi um homem de excessos morais, muito menos em nome dos africanos. “A ideia de que a Grã-Bretanha era de algum modo moralmente responsável pelo que aconteceu naquele continente “enorme e bárbaro” lhe pareceu absurdo.” (TEMPERLEY, 1991: 23)

Naquele contexto com o movimento francês tomando a Argélia como colônia, o primeiro ministro teve que fortemente argumentar com a Rainha Vitória que aquele não era o melhor momento para começar o estabelecimento de postos na África. Outros membros do gabinete informavam também que eram contra a obtenção de territórios simplesmente por uma causa própria. Com grande poder comercial, a Grã-Bretanha, de acordo com Temperley, não tinha necessidade de mais colônias formais que, como a experiência tinha mostrado muitas vezes era um cordão apertado no pescoço do contribuinte. Bases estratégicas, no entanto, era outro assunto, comércio não o domínio, era o objetivo final, e como alertado por Curtin e Gallagher o desenvolvimento de um Império Informal⁴.

Marques de Lansdowne, senhor presidente do conselho, escreveu a Buxton informando que muitos políticos não desejavam adquirir largos territórios em África. Questionando principalmente,

⁴ Para este assunto ver: Gallagher, J & Robinson, R. "The Imperialism of Free Trade". In The Economic History Review, New Series, Vol.6, N.1, 1953. p.1-15. CURTIN, Philip D., The Image of Africa: British Ideas and Action, 1780-1850, 1ª Edição. Madison: The University of Wisconsin Press, 1973.

o quanto da parte deste território seria governado pela Coroa Britânica? Como seriam defendidos, senão por uma grande força militar? Para o presidente do conselho, estes questionamentos não deveriam ser esquecidos, fazendo referência ao difícil controle já imposto na Índia, que para conseguí-lo, principalmente no que diz respeito ao exército, não foi simples. Nas palavras de Lord Lansdowne:

“Sobre o nosso imenso império indiano, para que nenhum sensato político inglês pensaria em adicionar outro de magnitude correspondente, foi obra de nenhum sistema deliberado, mas de repetidos atos de necessidade impostas às autoridades o qual professavam ser, e eu realmente acredito que na maioria dos casos foram hostis, em princípio, com os planos que eles foram levados a adotar”. (TEMPERLEY, 1991: 30,31)

Em carta enviada aos comissários, todo este debate é encontrado. Lord Russell tentou não concordar com Buxton diretamente, principalmente sobre a necessidade acertiva do controle do espaço para a construção de uma fazenda modelo. Para o governo inglês, ainda não era certo uma recompensa financeira que valeria todo o esforço para controlar este espaço, porém temido, principalmente relacionado à insalubridade climática. O grande questionamento feito pelo o governo e a Coroa era sobre a veracidade das previsões de Buxton. Se ele estivesse certo, o valor necessário para o investimento valeria a pena, mas se ele estivesse errado a campanha poderia ser considerada um verdadeiro fracasso.

Se apenas uma fração dos benefícios previstos Buxton pudesse ser alcançado, então as despesas não deveriam ser poupadas. Mas, a menos que ele estivesse muito enganado, os custos envolvidos em governar, defender e fornecer o que seriam, de fato, novas colônias no interior da África excederia quaisquer retornos prováveis. Numa altura em que o comércio livre foi ganhando terreno e o domínio colonial formal estava muito fora de moda, a idéia de adquirir ainda mais posses não se encaixava com a política do Governo vigente. A última coisa que os ministros queriam era mais colônias. (TEMPERLEY, 1991: 31)

À vista disso, podemos verificar na carta de Russell que um acordo foi realizado entre as partes. Buxton conseguiu o aval para a anexação de um território, porém, muito menor do que desejado inicialmente. Esta decisão representou uma ruptura na política britânica anterior sobre os Assentamentos na África Ocidental, que haviam sido proibidos desde 1824, para preservar os postos britânicos e as relações com os seus vizinhos africanos (GALLAGHER, 1950: 43).

Com um argumento final, "Nós queremos mais do que comércio, queremos cultivo Africano." (GALLAGHER, 1950: 45) feito por Buxton em uma de suas últimas cartas enviadas ao *Colonial Office*, concordamos com Gallagher ao atribuir esta declaração a um grande exemplo da lógica expansionista humanitária. O podemos perceber ao analisar os documentos oficiais que pensaram a Expedição de 1841, é que inversamente ao o que aconteceu até meados de 1830, a Grã-

Bretanha entrava em uma nova lógica de autoridade em relação à África. Diferentemente das expedições enviadas e patrocinadas por associações privadas com o objetivo de reconhecimento do território africano, a Expedição de 1841 segue para uma África Ocidental mais palatável, propondo ações mais intervencionistas seja na cultura, economia e religião africana.

O que podemos concluir - e aqui voltamos às argumentações de Peter Gay, sobre uma nova alma britânica que tomava corpo com seus braços e pernas conectados a territórios em outros continentes – é que este vitoriano humanitarista é um novo tipo social. Tal tipo social teria tido suas veias mais pulsantes nas duas décadas entre 1830 a 1850, período que comporta a *Niger Expedition*. Este ser, ainda meio androgêno, apresentava uma visão relativamente crítica da razão, a mesma razão que o impulsionou à África, na tentativa colocá-la “em prática” mesmo que fosse à base da força. Este vitoriano humanitarista baseia todas suas atitudes em um pensamento cristão e em ações igualmente voltadas para o cristianismo. Os relatos publicados no século XIX, por tal viajante/comissário/ambíguo cientista-cristão “ajudaram a promulgar uma maior penetração do continente Africano, os autores revelaram a natureza problemática da ciência como uma ferramenta rentável, mas também perigosa em uma introdução hegemônica do Império Europeu.” (FRANEY, 2003: 116).

Este artigo teve como objetivo dar espaço para uma apresentação sistemática desta nova política britânica para a África Ocidental. Acreditamos que seja muito importante, ainda que de maneira introdutória, trazer a problematização deste recorte espaço-temporal, onde as atitudes britânicas não podem ser chamadas de imperiais, nem muito menos serem tomadas apenas como exploratórias. Um momento entremeado em que se começa a desenhar o novo comportamento inglês, que posteriormente seria baseado em argumentos racistas-científicos, mas ainda não é classificado por uma degeneração africana baseado em questionamentos biológicos. A Expedição de 1841, *Niger Expedition*, é extremamente importante, por ser o ponto de inflexão de uma linha que era desenhada por mãos estritamente européias. É neste momento, de um contato mais presente, que o africano deixa de ser apenas um figurante nos cadernos de viagem europeus e passa a ser personagem ativo em sua própria narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fonte Primária:

- Allen, W., Richard, T., Thomson, H. *A narrative of the expedition sent by Her Majesty's Government to The River Niger, in 1841*. London: Richard Bentley, 1848.

- Parliamentary Papers:

A return of the mortality which occurred on board the ships sent to explore the Niger, 1843 (83).

A return of the cost of building and outfit of the vessels employed in the Niger Expedition, 1842 (429).

Copies or extracts of any correspondence which may have passed between Her Majesty's Secretary of State for the Colonial Department and the Lords Commissioners, relating to an expedition to be sent to the River Niger, 1840 (57).

Papers relative to the Expedition to the River Niger, 1843 (472)

Artigos e Livros:

CURTIN, Philip D. *The Image of Africa*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1973.

ENRENSAFT, Phillip. "The Political Economy of Informal Empire in Pre-Colonial Nigeria, 1807-1884". *Canadian Journal of African Studies*. Vol. VI, iii, p.451-490, 1972.

FRANEY, Laura E. *Victorian Travel Writing and Imperial Violence. British writing on Africa, 1855-1902*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

FYFE, Christopher, "Freed Slave Colonies in West Africa". In: *The Cambridge History of Africa*, vol.V, Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GALLAGHER, J. "Fowell Buxton and the New African Policy, 1838-1842" In *Cambridge Historical Journal*, Vol.10, N.1, 1950. Pp.36-58

GALLAGHER, J & ROBINSON, R. "The Imperialism of Free Trade". In *The Economic History Review, New Series*, Vol.6, N.1, 1953. P.1-15

GAY, Peter, *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud: Guerras do Prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEBARA, Alexsander, *A África de Richard Francis Burton*. São Paulo: Alameda, 2010.

GREEN, William A. "The West Indies and British West African Policy in the nineteenth century – A corrective comment". In *Journal of African History*. Vol. XV, 2, 1974, p.247-259

KOLAPO, Femi James. *Military Turbulence, Population Displacement and Commerce on a Slaving Frontier of the Sokoto Caliphate: Nupe c.1810-1857*. Tese de doutorado não publicada. Toronto: York University, 1999.

LOVEJOY, Paul E. "The Bello-Clapperton Exchange: The Sokoto Jihad and the Transatlantic Slave Trade" In *The Desert Shore: Literatures of the Sahel*, Christopher Wise (ed.) Colorado: Clynne Rienner Publisher, 2001.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

18

PRATT, Mary. *Os Olhos do Império*, 1ª Edição. Bauru: EDUSC, 1999

TEMPERLEY, Howard, *White Dreams, Black Africa: The British and slavery expedition to the river Niger, 1841-1842*. London: Yale University Press, 1991.

WILLIAMS, Judith B. "The development of British Trade with West Africa", *1750 to 1850*. In: *Political Science Quarterly*, vol.50, 2, 1935, pp. 194-213.